

Submetido em 09/06/2008.

Aprovado em 18/09/2008.

225

A natureza na percepção dos agricultores familiares do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: algumas perspectivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável

*Patrícia Braga Lovatto¹**Virgínia Elisabeta Etges²**Erica Karnopp³*

AGRADECIMENTO

Aos agricultores e suas famílias, pela cordialidade, ensinamentos e contribuições dadas a este trabalho.

RESUMO

Considerando o estreito contato das atividades rurais com a natureza, e a fragilidade que permeia esta relação no Município de Santa Cruz do Sul, RS, a presente pesquisa investigou aspectos relacionados à percepção ambiental de dois grupos de agricultores locais. O primeiro vinculado à Feira Rural e o segundo ao Capa/Ecovale. A partir de entrevistas e observações de campo, foi possível inferir que o cenário traçado demonstra a ausência da temática ambiental na maioria dos programas de extensão rural e descaso com as alternativas de desenvolvimento sustentável. Na comparação perceptiva, observou-se uma maior pré-disposição à preservação por parte dos agricultores vinculados ao Capa/Ecovale. No tocante, revelaram-se promissoras as iniciativas de diversificação e preservação de áreas nativas, destacando o desempenho dos jovens na conversão produtiva, as influências de gênero na gestão dos recursos naturais e o papel das instituições não-governamentais no estímulo às novas perspectivas para o desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, percepção ambiental, agricultores, Vale do Rio Pardo, RS

¹ Doutoranda em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - Universidade Federal de Pelotas.

² Pós-Doutora do Technische Universität Berlin, T.U.B., Alemanha – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

³ Doutora em Geografia. Universität Tuebingen (Eberhard-Karls), TUEBINGEN, Alemanha – Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

INTRODUÇÃO

Levando-se em conta que a agricultura é uma das atividades fundamentais da humanidade, e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita, entender-se-á então, o processo de organização regional como mecanismo ou instrumento para o seu desenvolvimento de forma sustentável. Nesse sentido, conforme a análise feita por Gliessman (2000), a agricultura em escala global, denominada “moderna” ou “convencional”, tem sido muito bem-sucedida satisfazendo a demanda crescente de alimentos durante a última metade do século XX. Entretanto, a despeito dos seus sucessos, nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído.

Para o autor, as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base, degradando os recursos naturais dos quais a agricultura depende, revelando-a como um modelo insustentável, o qual não permitirá uma produção de alimentos em longo prazo porque deteriora as condições que a tornam possível.

Dentro desta perspectiva, segundo o Plano Ambiental de Santa Cruz do Sul (Gestão 2000/2004), a região do presente estudo caracteriza-se pela primordial exploração de recursos naturais em detrimento à ocupação agrícola e pecuária intensas, com áreas de reflorestamento formadas basicamente por espécies exóticas, sendo fundamental a realização de trabalhos de conscientização direcionados a preservação da mata ciliar devido a sua exploração abusiva, principalmente nas propriedades rurais limítrofes a essas áreas, apontando a necessidade de ações de educação ambiental, direcionadas aos principais problemas envolvidos na relação homem-ambiente no município, identificados como sendo: o manuseio e destino de produtos tóxicos e embalagens, caça e pesca irregulares, erosão, monocultura, queimadas e desmatamentos.

No tocante a esta realidade, o município de Santa Cruz do Sul, RS, destaca-se pelas belezas naturais, possuindo uma área de proteção ambiental demarcada denominada Cinturão Verde e investimentos significativos no que se refere ao turismo ecológico, turismo rural e produção agroecológica, representando alternativas de desenvolvimento diferenciadas às convencionais predominantes na região. Considerando esses aspectos, o Plano Ambiental de Santa Cruz do Sul, aponta para a necessidade de um diagnóstico da área rural do município que evidencie as principais atividades, efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental a fim de que sejam definidas as estratégias de redução e contenção.

Considerando as premissas expostas e a realidade sócio-ambiental que permeia o desenvolvimento da região, buscou-se investigar sobre os aspectos relacionados à agricultura sustentável e à utilização de recursos naturais nas propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, pertencentes a dois grupos distintos de agricultores: aqueles que praticam a agricultura privilegiando técnicas convencionais (Vinculados à Feira Rural do Município) e os que dão preferência às técnicas produtivas de base ecológica/orgânica (Vinculados ao Capa/Ecovale).

Assim, dentro desse contexto e a partir da investigação do posicionamento dos atores envolvidos elaborou-se o seguinte questionamento: Qual é a percepção dos agricultores familiares com relação à preservação ambiental e à utilização dos recursos naturais da propriedade rural?

A partir daí formulou-se a hipótese de que os agricultores familiares do Município de Santa Cruz do Sul, RS, que privilegiam o modelo produtivo de base ecológica são mais conscientes sobre a importância da preservação ambiental e utilização racional de recursos naturais da propriedade para o desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, o objetivo principal deste trabalho foi analisar a percepção de dois grupos de agricultores familiares do Município de Santa Cruz do Sul, RS, agricultores de base ecológica/orgânicos, vinculados ao Capa/Ecovale e agricultores convencionais, vinculados à Feira Rural do município. Ainda, o trabalho buscou avaliar as perspectivas de preservação e utilização de recursos naturais (mata nativa, recursos hídricos, fauna silvestre), nas propriedades estudadas nos dois grupos.

Quanto ao mérito social e acadêmico, a pesquisa desenvolvida justifica-se pelo fato de contribuir para a elucidação das questões ambientais nos aspectos estruturais e processuais envolvidos na transformação do ambiente através da agricultura, os quais são capazes de influenciar na manutenção das condições de sobrevivência e qualidade de vida da população num horizonte de longo prazo. Além disso, para a adoção de uma política ambiental em sentido amplo é necessário considerar o vasto conjunto de regras sociais que determinam a apropriação e os usos que diferentes atores sociais fazem da base de recursos naturais, do espaço e do *habitat*, em contextos históricos específicos.

Desta forma, e diante da problemática apresentada, a consolidação deste trabalho de pesquisa revelou-se de extrema importância para comunidade regional, pois trouxe consigo a possibilidade de um maior entendimento das questões ambientais no município, ao mesmo tempo em que indicou caminhos a serem seguidos, a fim de que a realidade da sustentabilidade possa ser usufruída por aqueles que estiverem politicamente e individualmente dispostos às mudanças aqui apresentadas sob a forma de sugestão.

Além disso, propôs instrumentos, métodos e práticas de gestão ambiental em assentamentos humanos rurais, válidos em termos regionais e capazes de contribuir na proposição de diretrizes para uma intervenção direcionada para a Região do Vale do Rio Pardo, RS, como um todo, cooperando com os órgãos competentes, na medida em que fornece subsídios para a introdução e implementação de políticas setoriais na agricultura, desenvolvimento agrário e meio ambiente, vislumbrando, sobretudo, a proteção ambiental e o respeito a todos os seres envolvidos neste processo. Por fim, oferece contribuições relevantes para um planejamento mais adequado das ações de promoção à preservação e a recuperação ambiental, bem como, traz colaborações para a adequação e formulação de políticas públicas que sejam condizentes à realidade local e regional dentro do contexto do desenvolvimento sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

A área de estudo da presente pesquisa será o Município de Santa Cruz do Sul, RS, situado no centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, constituindo-se em pólo regional da região fumageira (Figura 1). A maior parte do seu território encontra-se na zona de transição entre as unidades fisiográficas denominadas Depressão Central e Zona do Planalto do estado do Rio Grande do Sul. O Município é delimitado pelas coordenadas 52°17'e 52°35' de Long. Oeste e 29°22' e 29°52' de Lat. Sul, abrangendo uma área de 794, 49Km².

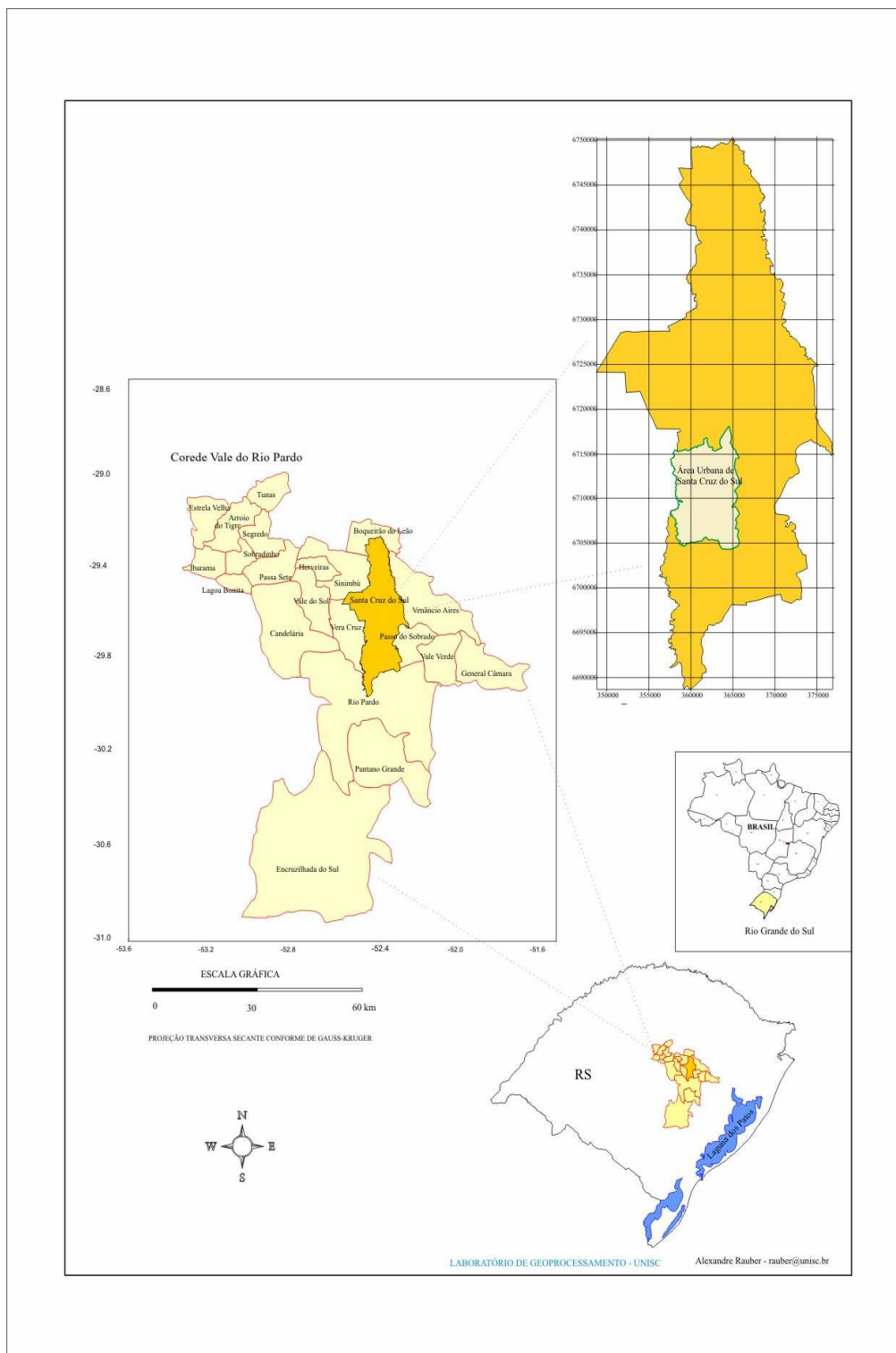
Cabe ressaltar, que o município foi escolhido como área de estudo, em função do recorte espacial feito na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, que segundo Campos & Delevati (2003) tem o mesmo como integrante em 3.749,3 Km² de sua área de drenagem. Este aspecto torna a escolha da área importante sob o ponto de vista sócio-ambiental, proposto nesta análise, uma vez que os autores apontam que as atividades rurais vêm comprometendo a integridade desse ecossistema frente ao uso inadequado dos recursos naturais colocando em risco não só o abastecimento da população como também a estrutura e equilíbrio ambiental do mesmo.

Segundo Wenzel (1994), há falta de cobertura vegetal em 2/3 da extensão do Rio Pardinho. No conjunto da Bacia, persistem relíquias de matas nativas em áreas praticamente inacessíveis, sendo o restante ocupado por vegetação secundária como capoeiras, samambaias, campos e reflorestamentos a base de exóticas, principalmente *Eucalyptus* e *Pinus*. Conforme Campos & Delevati (2003), as pequenas porções de matas preservadas na região, encontram-se em locais de difícil acesso, sendo que a exploração agrícola só preservou as características originais nas regiões com acentuada declividade onde ainda é possível encontrar resquícios de matas com características florísticas mais próximas da original Mata Atlântica.

Atores envolvidos

Foram realizadas 26 entrevistas no período de junho a outubro de 2006 com 26 agricultores familiares pertencentes a duas instituições distintas: o primeiro grupo foi constituído por 13 agricultores associados ao CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor)/Ecovale (Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas), instituição fundamentada nos princípios da agricultura ecológica, através da qual seus associados comercializam produtos oriundos da produção familiar em duas feiras vinculadas a instituição. Enquanto que o segundo grupo, foi constituído por 13 agricultores vinculados a Feira Rural do Município de Santa Cruz do Sul, estando mais direcionados à utilização de técnicas produtivas convencionais, comercializando seus produtos em três pontos específicos do município.

Figura 01. Mapa ilustrando a Região do Vale do Rio Pardo, RS, com destaque para o Município de Santa Cruz do Sul. Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da UNISC.



Coleta de Dados

Enquanto método de abordagem optou-se pela fenomenologia, pois tem como centro de sua investigação a forma como os sujeitos compreendem o mundo exterior, as suas percepções com relação ao meio ambiente onde estão inseridos e a utilização dos recursos por ele disponibilizados.

Desta forma, no processo de coleta de dados, para a análise do fenômeno situado, iniciou-se a investigação a partir da descrição da experiência de mundo dos sujeitos que constituíram os objetos veiculadores da pesquisa. Por esta razão, teve como base, entrevistas que foram além das informações verbais dadas pelos sujeitos, considerando, sobretudo, como complementos indispensáveis, as observações relacionadas aos dados complexos, como por exemplo, a opinião expressa durante as entrevistas realizadas e a interação dos entrevistados com o meio ambiente onde estão inseridos.

A pesquisa considerou, portanto, a experiência pura do sujeito-pesquisador, em situações de contatos face-a-face com os agentes observados, possibilitando a observação direta e intensa do fenômeno em estudo.

Amparando-se no referencial teórico metodológico exposto, o trabalho contou com a investigação de campo e a opção feita foi em utilizar um roteiro de entrevistas com perguntas pré-estabelecidas e semi-estruturadas, porém, com questões abertas, de modo a possibilitar ao entrevistado fazer comentários diversificados que foram posteriormente agrupados em categorias para análise. Pode-se dizer, de fato, que a técnica adotada caracterizou-se pela utilização de entrevista semi-estruturada, a qual possibilitou a identificação de representações e ideologias por traz das respostas e colocações feitas pelos entrevistados, características importantes para investigação do caráter perceptivo proposto.

Além disso, foram realizadas observações sobre os comportamentos dos entrevistados e de situações peculiares, bem como, sobre as características das propriedades estudadas durante as visitas.

Quanto ao seu mérito, do ponto de vista social e acadêmico, a pesquisa desenvolvida justifica-se pelo fato de contribuir para a elucidação das questões ambientais nos aspectos estruturais e processuais envolvidos na transformação do ambiente através da agricultura, os quais são capazes de influenciar na manutenção das precondições de sobrevivência e qualidade de vida da população num horizonte de longo prazo. Além disso, para a adoção de uma política ambiental em sentido amplo é necessário considerar o vasto conjunto de regras sociais que determinam a apropriação e os usos que diferentes atores sociais fazem da base de recursos naturais, do espaço e do *habitat*, em contextos históricos específicos.

RESULTADOS

O perfil sócio-ambiental dos agricultores

Com relação à faixa etária observou-se distinção entre a predominância de idades entre agricultores nos dois grupos. Dentre os agricultores vinculados à Feira Rural predominou em 54% a faixa etária que compreende os 40 a 50 anos, seguida de 38,5% de agricultores com faixa etária entre 50 a 60 anos e 7,6% com faixa etária que foi dos 30 aos 40 anos. Em contraponto, no grupo de agricultores pertencentes ao Capa/Ecovale à faixa etária predominante compreendeu idades entre 20 a 30 anos, representando 54% dos agricultores, em seguida aqueles com 50 a 60 anos (38,5%) e com 30 a 40 (7,6%).

Estes dados corroboram com a ascendência da agricultura de base ecológica/orgânica no período atual e combinam com a facilidade de adequação dos jovens às inovações. Conforme as entrevistas, a idéia de investir na produção orgânica veio através do incentivo de familiares, a partir de reuniões conduzidas por membros da Igreja Evangélica ou através de trabalhos de aula realizados em cursos do CEDEJOR (Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, mantido pelo Instituto Souza Cruz).

No tocante, convém ressaltar, que todos os agricultores de base ecológica, atualmente vinculados ao Capa/Ecovale, com idade superior a 30 anos carregam consigo o histórico da agricultura convencional, conforme transcrição do trecho retirado de uma das entrevistas.

"A Igreja me fez refletir sobre a realidade, sobre as situações do dia a dia. Quando voltava da firma o stress e a revolta tomavam conta de mim. Agora plantar não é mais como estar em uma guerra. A gente come o que produz e pode confiar" (51 anos, Capa/Ecovale).

Com relação à questão de gênero foi verificada uma clara pré-disposição das mulheres à conversão produtiva, sendo que o fato foi evidenciado tanto naquelas entrevistas direcionadas aos agricultores vinculados ao Capa/Ecovale como aquelas direcionadas aos agricultores vinculados à Feira Rural.

Em outros casos, como exemplificado no trecho que segue, as mulheres constituíram a "força motriz" para a mudança produtiva (convencional para ecológico), incentivando os esposos ao abandono das práticas convencionais.

"Foi minha esposa que me tirou dessa. (referindo-se a produção convencional). Ela começou a participar das reuniões na igreja, depois conheceu o grupo do CAPA e começou a tentar me convencer que iria dar certo". Ela insistiu tanto que eu resolvi tentar e agora estou feliz da vida, graças a ela". (52 anos, Capa/Ecovale).

“Ele estava doente e não percebia. Não era só os venenos, era o jeito de produzir, era aquela rotina que não compensava, ele não estava feliz”. (50 anos, esposa do agricultor citado acima).

Além disso, outro dado que chamou a atenção, foi uma sensibilidade generalizada com as questões ambientais. Todas as mulheres (Feira Rural e Capa/Ecovale) quando questionadas sobre a relação existente entre agricultura e preservação ambiental emitiram respostas que demonstraram disposição à preservação dos recursos naturais, bem como, entendimento sobre a relação existente entre as questões ambientais e os processos produtivos desenvolvidos em suas propriedades, aspecto não observado entre os homens do grupo vinculado à Feira Rural.

Com relação à escolaridade, observou-se a predominância do Ensino Fundamental Incompleto, tanto no grupo vinculado ao Capa/Ecovale (61%), como no grupo vinculado a Feira Rural (85%). Diante deste fato, torna-se relevante chamar atenção para a importância das reuniões em grupos e trocas de experiências que conduzem ao aprimoramento dos conhecimentos até então adquiridos.

Nesse sentido, o papel desempenhado pelas instituições a que os agricultores estão vinculados é fundamental para a ascensão dos mesmos, considerando a organização de atividades que promovam o repasse e troca de informações, atualizem os para os problemas que envolvem o setor agrícola, legislação e formas de aproveitamento racional de recursos naturais dentro das propriedades rurais.

Quanto a este aspecto, convém salientar que as instituições que apareceram nos relatos feitos pelos entrevistados, vão além da Feira Rural e do Capa/Ecovale, compreendem também, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) e a EMATER (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), sendo que, a opinião dos entrevistados sobre o papel de cada uma destas instituições varia significativamente de acordo com o grupo ao qual pertencem, prevalecendo as opiniões que revelam abandono dos agricultores do Capa/Ecovale por parte das instituições que são citadas como parceiras pelos agricultores da Feira Rural.

“A vantagem da feira é que é um ponto de venda fixo, sempre chegam novos consumidores, e a venda é direta sem intermediário”. *“A AFUBRA e a EMATER são muito importantes para nós, são eles que dão as dicas de como produzir melhor”.* (49 anos, Feira Rural).

“A prefeitura também ajuda os feirantes por isso é vantagem ser da feira, sempre que precisam conseguem máquinas da prefeitura”. (43 anos, Feira Rural).

Referindo-se ao Capa *"Somos parceiros de um projeto de vida"*. Com relação ao que poderia ser melhorado, sem dúvida o que falta é apoio de outras instituições como EMATER e Prefeitura. *"Para EMATER não existe Agroecologia"*. (51 anos, Capa/Ecovale).

"O conselho dos técnicos sempre vai em direção contrária do que se espera. A AFUBRA se resume em seguro da safra e condições de compra da loja (quando se tem condições de comprar alguma coisa)". (37 anos, Capa/Ecovale).

Quanto à satisfação dos agricultores em ambos os grupos, diante do modelo de agricultura (convencional ou ecológico) priorizado nas propriedades, 46% dizem-se parcialmente satisfeitos no grupo vinculado à Feira Rural, enquanto que no grupo de agricultores vinculados ao Capa/Ecovale 54% dizem-se satisfeitos.

Conforme as entrevistas, os principais fatores que influenciaram na baixa satisfação dos agricultores vinculados à Feira Rural (46% parcialmente satisfeitos e 24% não satisfeitos) são os preços altos pagos pelos insumos utilizados na produção que na maioria das vezes não são compensados pelos preços dos produtos comercializados nas feiras e pelo trabalho desgastante envolvido na atividade produtiva. Além desses, outro fator apontado foi a concorrência de mercado tanto interna (outros produtores da região) como externa (redes de supermercados). Já com relação aos que se dizem satisfeitos (30%), os principais fatores apontados nos trechos das entrevistas são: gosto pelo trabalho, conquista de competitividade através da prática, garantia de mercado e de alimentação para a família.

No caso dos agricultores do Capa/Ecovale, os principais fatores que influenciam na parcial satisfação (56%), são: mercado consumidor restrito, problemas com irrigação, falta de políticas públicas de incentivo, sobretudo, por parte da EMATER e Prefeitura Municipal (Gestão 2005/2008), dificuldade em se habituar às novas práticas de cultivo empregadas na agricultura de base ecológica.

Já com relação aos que se dizem satisfeitos (54%), os fatores que predominam na escolha da condição conforme os relatos obtidos durante as entrevistas são: na parcial satisfação dos agricultores vinculados ao Capa/Ecovale, são: quebra de dependência dos agrotóxicos, relação de respeito e confiança com os consumidores, comprometimento com a preservação ambiental, abandono do cultivo do tabaco e diminuição dos gastos com a produção.

CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Hortaliças e Tabaco: uma realidade desconcertante

Com relação às características produtivas, destacou-se no grupo de agricultores vinculados à Feira Rural, a produção de hortaliças como principal atividade geradora de renda (84%). O restante tem o fumo (15%) e os panifícios (fabricação caseira de pães,ucas, bolachas, bolos, etc) como principal atividade geradora de renda (15%)

Quanto ao cultivo de tabaco, 30,7% relataram ter desistido da prática por perceber que não existia compensação entre lucros e o trabalho dispensado para a produção; 30,7% relataram nunca ter cultivado a solanácea, dedicando-se exclusivamente ao cultivo de hortaliças; alguns relataram manter o cultivo por acreditar ser mais proveitoso do ponto de vista econômico (15%), ou para sanar dívidas (7,6%). Os demais (15%) abandonaram a prática por falta de mão-de-obra familiar.

No grupo de agricultores do Capa/Ecovale a principal atividade geradora de renda apontada pelos entrevistados foi a produção do tabaco (46%), seguida da produção de hortaliças (15%).

Neste ponto, reside, sem dúvida, a maior incoerência encontrada durante a realização deste trabalho, pois os agricultores de base ecológica, dizem-se obrigados a continuar no segmento produtivo convencional, caracterizado pela produção de tabaco, em função da ausência de políticas públicas direcionadas ao grupo, relatam sobre a falta de acolhimento por parte do poder público. Assim, os agricultores vinculados ao Capa/Ecovale se dizem coagidos economicamente e endividados pelo modelo de agricultura que herdaram dos pais. Além disso, outra preocupação evidente, por parte dos agricultores, é o grau de "pureza" dos cultivos ecológicos/orgânicos, visto que dividem espaço com a solanácea, carregada de insumos químicos sintéticos, comprometedores inatos da saúde ambiental e humana.

No tocante à problemática, várias alternativas vêm sendo preconizadas pelos agricultores do Capa/Ecovale que ainda possuem o tabaco em suas propriedades (61,5%), para minimizar a contaminação dos demais cultivos e de sua própria saúde. Como pode ser evidenciado nos trechos retirados das entrevistas, os agricultores orgânicos relatam a busca pela desvinculação da cultura convencional a partir da diminuição da área plantada e a substituição gradativa da solanácea por outras culturas. A criação de barreiras e as tentativas de diminuir a utilização de agrotóxicos no cultivo do tabaco, também demonstram o anseio que estes agricultores tem de conter os impactos de uma prática que eles próprios julgam desumana, chama atenção, portanto, o lado mais cruel dessa história que reside no fato de reproduzir cotidianamente algo que desagrada os agricultores e suas famílias.

Os agricultores do Capa/Ecovale que abandonaram totalmente o cultivo do tabaco relatam que foram motivados por problemas de saúde, citam ainda, infelicidade e desânimo como motivos cruciais que os levaram a encarar a produção agrícola de forma diferenciada, priorizando a produção de base ecológica em suas propriedades.

"Parei de plantar fumo faz doze anos, a Igreja me fez refletir sobre a realidade, voltava da firma estressado depois da venda, me sentia infeliz. Aquele trabalho era desumano, poluía, agredia a saúde, não compensava, causava muita frustração". (51 anos, Capa/Ecovale).

"Não dava para sobreviver daquela maneira, procurei outras alternativas e isso acabou se consolidando com a chegada do Capa, fazem dez anos que abandonei o fumo, fazem oito anos que participamos da feira do Capa. "Minha esposa teve um papel crucial na busca de um novo modelo, ela que iniciou nas reuniões do Capa e

acabou dando incentivo para mudar a forma de produção, também tive muitos problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos como Roundap". (52 anos, Capa/Ecovale).

Dependência de Insumos e Técnicas de Produção

Com relação ao gasto econômico com insumos externos, necessários para realização das atividades agrícolas na propriedade rural, no grupo de agricultores da Feira Rural destacou-se os gastos relacionados aos adubos/fertilizantes, sementes e mudas (61%), seguidos dos agrotóxicos (15%). Ainda foram citados, manutenção de maquinário agrícola, combustível e aquisição de esterco de aviário.

No caso dos agricultores de base ecológica, em primeiro lugar ficaram os gastos com adubos/fertilizantes, sementes e mudas (76%), sendo ainda citados de forma menos significativa, os gastos com agrotóxicos, gastos com combustível e gastos com esterco de aviário (7,6%).

Numa escala de importância de um a três, relacionada aos gastos com insumos externos para produção agrícola, o uso de agrotóxicos aparece indistintamente nos dois grupos. No grupo de agricultores do Capa/Ecovale, a proporção é mais acentuada, em virtude da maioria ainda ter o cultivo do tabaco como principal fonte geradora de renda familiar.

Quanto às técnicas de produção, priorizadas pelos agricultores vinculados à Feira Rural, 24% dos agricultores relataram não terem desenvolvido ou adaptado nenhuma técnica nova dentro da propriedade para aperfeiçoar a produção ou melhorar as condições ambientais. Outros citam a importância da EMATER e AFUBRA na difusão de técnicas que facilitaram a produção, entre elas a utilização da adubação verde, rotatividade de culturas, plantio direto, utilização do sombrite e da plasticultura.

Quanto às vantagens econômicas e ambientais atribuídas pelos agricultores à utilização destas técnicas estão a pouca mão de obra; produção de determinados alimentos fora de época, satisfazendo o consumidor; melhoria na aparência dos produtos; menor erosão do solo; e, menor incidência de pragas. As maiores desvantagens, segundo os agricultores, estão, no custo da aplicação de novas técnicas, como é o caso da plasticultura e sombrite; e a dependência abusiva dos agrotóxicos, principalmente quando é priorizado o plantio direto.

Uma das "técnicas produtivas", citadas por um dos agricultores de hortaliças da Feira Rural, chamou muita a atenção durante as entrevistas. Após convidar para conhecer a "sala dos remédios" (denominação dada pelo agricultor ao local onde deposita os agrotóxicos) o agricultor mostra a sua inovação dentro da propriedade. Ele explica a utilização de caixas de papel para produção de hortaliças de melhor aparência, livre de pragas. As caixas são colocadas sobre as hortaliças enquanto são realizadas pulverizações com inseticidas tóxicos e residuais.

“Outra coisa que dá muito certo são as caixas para pulverização, as verduras ficam limpinhas os agrotóxicos não pegam nelas e em volta limpa tudo, eu sou o melhor vendedor da feira, todos preferem as minhas verduras porque são mais bonitas”. (49 anos, Feira Rural).

Já com relação aos relatos feitos pelos agricultores vinculados ao Capa/Ecovale, a inovação dentro das propriedades prevaleceu como uma constante, sempre motivada, segundo os relatos, pela troca periódica de experiências, muitas delas obtidas a partir da pura observação da natureza.

Assim, durante as entrevistas realizadas com os agricultores do Capa/Ecovale, foram citadas técnicas alternativas de produção, tais como: alimentação natural para os animais, utilização da palha de arroz em canteiros, esterqueiras, consórcio entre plantas, a utilização de caldas (super-magro, calda bordalesa e sulfocálcica), utilização de sementes crioulas, utilização de plantas inseticidas e adubação verde, utilização de animais silvestres e domésticos no controle de “pragas”.

Além disso, os agricultores vinculados ao Capa/Ecovale demonstraram trabalhar sob forma de rede, sendo que as trocas são comuns. Trocam mudas, alimentos, esterco, palha de arroz, já que cada família possui um ápice produtivo. Deste modo, alguns priorizam o arroz, outros o gado, outros as hortaliças, outros o mel, o palmito, as geléias, os sucos de frutas, os panifícios. Assim, desenvolveram e mantêm uma teia de auto-suficiência que garante uma maior qualidade de vida e sustentabilidade a longo prazo às suas famílias no meio rural.

Em relação às vantagens da utilização das técnicas alternativas (ecológicas) de produção, os agricultores citam o acesso mais rápido e fácil aos recursos, a garantia de um trabalho mais saudável do ponto de vista ambiental e humano, a confiança na integridade do alimento que é produzido, melhorias da capacidade de produção do solo, bem como, garantia da capacidade produtiva da propriedade a longo prazo, sustentabilidade da propriedade rural e redução de custos .

Nesse sentido a maior desvantagem apontada pelos agricultores na utilização de técnicas ecológicas de produção é a dificuldade de adaptação ao novo sistema frente aos hábitos ainda arraigados ao sistema de produção convencional.

Verificou-se, portanto, uma ampla utilização da capacidade física e biológica dos recursos naturais disponíveis dentro das propriedades de agricultores vinculados ao Capa/Ecovale, e com isso a preservação da integridade destes recursos, uma vez que a utilização destas técnicas reduz os impactos ambientais e econômicos causados pelas técnicas convencionais.

Problemas Produtivos

Dentre os problemas produtivos, enfrentados dentro das propriedades do grupo de agricultores vinculados à Feira Rural, destacou-se em primeiro lugar o baixo preço dos produtos. Em segundo, o alto preço dos insumos aparece como o principal problema enfrentado nas propriedades rurais. Os problemas refletem a realidade que

caracteriza a agricultura convencional, qual seja a dependência de insumos externos para produção.

Quanto aos problemas produtivos enfrentados no grupo de agricultores do Capa/Ecovale, destacou-se, em primeiro lugar, o alto preço dos insumos, característica vinculada ao cultivo do tabaco, seguido do clima, provavelmente associado à dificuldade no combate as pragas e a manutenção da produtividade diante das fortes mudanças climáticas que assolam a agricultura na atualidade. Em segundo, foi apontada a falta de políticas de incentivo, fato que fortalece a problemática envolvida na dependência do cultivo do tabaco que se revela como única saída para os agricultores em função da falta de apoio público para o segmento dedicado à produção de base ecológica no município. Em seguida os baixos preços são apontados como um problema, mais uma vez condicionado ao cultivo da solanácea.

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DAS PROPRIEDADES

Mata Nativa e Vegetação Exótica

Com relação à proporção de mata nativa observou-se uma maior homogeneidade entre a proporção de área total em hectares, *versus* a área de mata nativa naquelas propriedades pertencentes ao grupo de agricultores do Capa/Ecovale. Nesse sentido, convém salientar que no grupo de agricultores da Feira Rural a área total de propriedades corresponde a 222 hectares para 60,66 hectares de mata nativa (27,3%), sendo que a mesma proporção corresponde a 218,3 hectares para 73 hectares (33,4%) de mata nativa no caso dos agricultores orgânicos.

Quanto à finalidade do plantio de árvores, a maioria (sete) dos agricultores convencionais relataram plantar árvores com a finalidade de obter frutos (frutíferas). Seis dos agricultores relataram plantar árvores em suas propriedades para obtenção de madeira/lenha e um dos entrevistados relatou plantar árvores com a finalidade de embelezamento.

No caso dos agricultores de base ecológica, o principal motivo apontado para o plantio de árvores foi à obtenção de madeira/lenha, respondido por seis dos entrevistados. Cinco agricultores relataram plantar árvores para a obtenção de frutos (frutíferas) e dois agricultores relataram plantar árvores com intuito de contribuir para recuperação ambiental das áreas.

Quanto às espécies cultivadas, todos os agricultores convencionais (treze) relataram ter plantado espécies exóticas na propriedade, enquanto que onze dos agricultores orgânicos relataram ter plantado espécies exóticas e dois responderam ter plantado espécies nativas.

Ainda com relação à presença de espécies arbóreas nas propriedades, verificou-se falta de conhecimento sobre a importância das espécies nativas, e em alguns casos, o desconhecimento sobre a importância dessas espécies para o ambiente.

No tocante, as espécies exóticas mais abundantes na região são a uva-do-japão (*Hovenia dulcis*), eucalipto (*Eucalyptus* sp.) e pinus (*Pinus* sp.). Além do problema ambiental que envolve as demais espécies exóticas, chama-se aqui a atenção para a primeira espécie. A *H. dulcis* já toma conta das matas nativas da região, sendo facilmente dispersada pela fauna silvestre, além disso, alguns agricultores relataram ter plantado muda da espécie acreditando que fossem nativas.

Predominantemente durante as entrevistas a floresta foi vista pelos agricultores de ambos os grupos, como importante para regular o clima, para proteger as fontes de água, abrigar a fauna silvestre e fornecer ervas medicinais. Entretanto, em alguns casos o descaso e falta de informação referente ao papel exercido por este nos processos produtivos revelam-se drasticamente.

"Não vejo vantagem nenhuma no mato, se tiver mais mato que tem agora vai ser prejudicial para as lavouras". (49 anos, Feira Rural).

"Pouca vantagem para o agricultor em termos de lucratividade. Quando procuram terra para comprar dão preferência para terra limpa". (43 anos, Feira Rural).

Quando questionados sobre a obrigação de protegê-la prevaleceu em ambos os grupos, o relato de que obrigação de proteger as florestas é de todos, incluindo os órgãos competentes e a sociedade civil.

Recursos Hídricos

Com relação aos recursos hídricos disponíveis, destaca-se no grupo de agricultores da Feira Rural a presença de reservatórios artificiais (açudes) (57,1%), e no grupo de agricultores do Capa/Ecovale a presença de fontes naturais (nascentes) (45,6%).

No grupo de agricultores da Feira Rural a irrigação dos cultivos é um ponto que merece destaque, sendo que foram constatadas condições irregulares relacionadas à utilização destes recursos nas propriedades. Nesse sentido o que chamou a atenção foi o imediatismo na utilização da água na propriedade, utilizando-a sem a preocupação de mantê-la disponível em longo prazo. E contrapartida, verificou-se a preocupação em preservar a mata ciliar, em proteger fontes e investir, caso haja incentivo público, na utilização dos recursos hídricos para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo ecológico, visando a preservação e utilização racional do recurso.

Fauna Silvestre

Quanto à presença de animais silvestres nas propriedades rurais, grande parte dos agricultores de ambos os grupos (61% da Feira Rural e 53% do Capa/Ecovale), relataram aumento da frequência de observação dos mesmos em suas propriedades. Este fato pode estar relacionado a diversos fatores, entre eles, ao aumento de área

verde, mesmo que de espécies exóticas, que acabam facilitando a movimentação dos animais em meio aos corredores ecológicos formados pelos capões de mata; a existência de lavouras em áreas limítrofes às regiões de mata nativa mais densa e a diminuição da prática de caça. Alguns depoimentos emitidos pelos agricultores impressionam como o transcrito abaixo:

“Os micos estão tomando conta, não adianta plantar nada, são uma praga na região”. Aqui ninguém mais caça como antigamente, mas acho que deveriam liberar e incentivar a caça desses animais. Eu treinei os cachorros para caçar os micos, é bonito de ver. Esses dias um carregava o rabo, enquanto o outro a cabeça. Outra praga é os quero-queros pisoteiam toda a lavoura, também deveriam liberar a caça desses bichos”. (49 anos, Feira Rural).

Relacionado a este aspecto, 76% dos agricultores vinculados à Feira Rural e 53% dos agricultores vinculados ao Capa/Ecovale, relatam diminuição da caça ao longo dos anos, sendo que o fato é atribuído à existência de outros tipos de ocupação para os jovens (tidos pelos entrevistados como os principais caçadores), ou a migração destes para cidade.

Dentre os animais silvestres observados, no grupo de agricultores vinculados à Feira Rural, destacaram-se nos relatos, o macaco-prego e o tatu. Além destes, porém com menor frequência foram citados: o ratão-do-banhado, gambá, bugiu, veado, mão-pelada, gato-do-mato, graxaim, quati, lebre, ouriço, porco-espinho. Entre os pássaros foram mencionadas: pombas, periquitos, aracuãs, papagaios e jacus. Quanto aos relatos de animais que desapareceram ou diminuíram a frequência de observação estão, o jacu, saracura, lebre, cutia, graxaim, mão-pelada e bugiu.

No grupo de agricultores do Capa/Ecovale os animais silvestres mais citados durante as entrevistas foram: o macaco-prego, gato-do-mato, graxaim, bugiu, porco espinho e tucano. Além destes, porém com menor frequência, o cachorro-do-mato, capivara, ratão-do-banhado, lebre, quati, esquilos, e entre as aves, aracuã, marrecas, jacutinga, garças, sabiá-da-praia, saracura, jacu, galinhas selvagens, araras, gralha azul e nambu. Quanto àqueles que desapareceram ou diminuíram a frequência, foram citados o graxaim, veado, o tatu, a lebre, o jacu e os periquitos.

Foram citados como animais mais caçados: o tatu, lebre, pombas, periquitos e o nambu. Conforme algumas opiniões expressas nas entrevistas, o principal motivo do desaparecimento de alguns animais é o excesso de venenos utilizados para o cultivo do tabaco na região.

Legislação Ambiental

Quando questionados sobre as leis ambientais, a maioria dos agricultores vinculados à Feira Rural (84%), relatou que as leis deveriam ser menos rígidas e 7,6 relatou falta de conhecimento sobre as mesmas. No grupo de agricultores orgânicos em 46% dos agricultores prevaleceu de menor rigidez das leis, entretanto, houve uma maior variação de opiniões neste grupo, sendo que houve aqueles que optaram por

uma maior rigidez das leis (15%), alegaram falta de conhecimento sobre as mesmas (15%), relataram que as leis são boas (15%) ou que as leis são ruins (7,6%).

Nos trechos retirados das entrevistas, realizadas com os agricultores da Feira, pode-se verificar a prevalência dos relatos sobre reclamações sobre a pouca ou inexistente divulgação da legislação ambiental vigente, bem como, sobre a falta de flexibilidade das leis. Com relação a este aspecto uma das maiores reclamações feitas pelo grupo são sobre o corte de floresta nativa em suas propriedades. Segundo relatos feitos pelos agricultores, o governo deveria fornecer incentivos para aqueles que possuem grandes áreas de mata nativa preservada.

Com relação às opiniões expressas pelos agricultores do Capa/Ecovale, a maioria relata que a preservação é uma responsabilidade de todos. Com relação às leis ambientais prevaleceram os relatos sobre a injustiça das punições, sobre a falta de informações e excesso de burocracia.

Diante dos relatos expostos, fica explícito o descontentamento com a situação que rege a legislação ambiental atualmente aplicável, seja ela favorável ao agricultor, sob o ponto de vista econômico, ou favorável à preservação ambiental, sob o ponto de vista da sustentabilidade.

Assim, parece que novas formas de conduzir este processo, que sejam direcionadas mais a educação e menos às penalidades, devem ser priorizadas afim de que as paisagens nativas regionais não se percam diante dos trâmites burocráticos e dos interesses que privilegiam uma minoria.

Agrotóxicos e danos

Quanto ao destino das embalagens de agrotóxicos apenas 7,6% dos agricultores vinculado à Feira Rural, relatou enterrar as embalagens, os demais, participam da coleta das embalagens realizada em datas pré-definidas em locais específicos da comunidade, assim como foi relatado pelos oito agricultores de base ecológica que utilizam agrotóxicos em virtude do cultivo do tabaco.

Com relação aos prejuízos por danos ambientais, a maioria dos entrevistados (69%), pertencentes ao grupo vinculado à Feira Rural relata não ter prejuízos de origem ambiental na propriedade. Os demais relatam problemas relacionados ao uso indiscriminado de agrotóxicos, poluição sonora causada pela movimentação de máquinas em pedreira próxima à propriedade, construção de loteamentos com risco de contaminação de nascentes e o mais surpreendente de todos os problemas, a presença de mata nativa na propriedade vizinha.

“A área de mato do meu vizinho faz sombra sobre a minha lavoura e daí eu acabo produzindo bem menos, por isso que eu digo muito mato é problema”. (48 anos, Feira Rural).

Quanto aos prejuízos por danos ambientais relatados pelos agricultores vinculados ao Capa/Ecovale, 76% apontou o uso indiscriminado de agrotóxicos como

um dano ambiental gerador de prejuízo para a produção da propriedade. Os demais relataram problemas como o depósito irregular de lixo, poluição gerada pela queima de pneus e caça de animais silvestres.

“O grande problema que nós temos aqui é o uso do Gamit. Ele vai longe, os animais ficam doentes, a pastagem fica branca, já perdi pepino, batata, porque ele atinge até mil metros, mas com o vento vai mais longe”. (61 anos, Capa/Ecovale).

“Em 2005 entramos com uma ação na Promotoria. Os produtores convencionais de arroz fazem pulverização aérea, utilizam até seis produtos diferentes. Meu vizinho foi atingido, perdeu 30 mil pés de couve-flor. Eu quando fui atingido tive que parar com a produção” (52 anos, Capa/Ecovale).

“De agosto em diante começa os nossos problemas. Somos obrigados a fazer barreiras, nem sempre adianta. Por causa do Gamit até as flores ficam brancas”. (25 anos, Capa/Ecovale).

“Isso é cheio de vidro de veneno que desce para o arroio jogado pelos produtores lá de cima”. Se fizer uma análise, vai ser mais veneno do que água, não dá para agüentar nem o cheiro”. (23 anos, Capa/Ecovale).

Conforme os trechos transcritos, o uso indiscriminado de agrotóxicos parece ser mais um grande desafio para os produtores de base ecológica da região. Além de tentarem driblar os impactos da produção fumageira dentro e fora de suas propriedades, ainda precisam lutar contra a contaminação química, muitas vezes inevitável da sua produção.

Os maiores problemas estão concentrados na pulverização de agrotóxicos através da aviação agrícola, sendo que a substância mais citada pelos agricultores como causadora de danos foi o composto químico conhecido como *Gamit* (Herbicida utilizado na lavoura para combater inços de pré-emergência, pertence ao grupo químico isoxazolidinomas, composto por Clomazone, pertencente à classe de toxicidade II, altamente tóxico).

Como forma de conter os agravos causados pela utilização dos métodos convencionais mencionados, os agricultores de base ecológica recorrem à utilização de barreiras biológicas para conter a contaminação química ou apelam para ações civis públicas na busca de obter sucesso diante de um direito que deveria ser respeitado por todos: o direito de produzir alimentos limpos, o direito que deveria ser tomado como um dever.

Temas Ambientais Emergentes

Com relação aos temas com necessidade de maior discussão e divulgação na comunidade, os agricultores da Feira Rural elegeram em primeiro lugar a legislação ambiental (46%), seguida de informações sobre impactos dos agrotóxicos (30%).

Quando os agricultores vinculados ao Capa/Ecovale, foram convidados a eleger um tema sobre os quais gostariam de receber maiores informações, em

primeiro lugar ficaram os impactos ambientais dos agrotóxicos (76%), seguidos de temas variados considerando que está questão ficou aberta ao julgamento livre dos entrevistados. Entre os temas citados, a agricultura orgânica, a valorização da terra, a diversificação agrícola, o significado da qualidade de vida, a relação custo-benefício entre a agricultura de base ecológica e a convencional, a preservação de matas e solos e alternativas econômicas para a propriedade.

Sonhos para o Futuro

Dentre as palavras expressas quando questionados sobre os sonhos para o futuro pode-se visualizar indivíduos sob diferentes perspectivas em ambos os grupos. Desde os acomodados com a realidade.

Entre os agricultores da Feira Rural está aqueles que pretendem aperfeiçoar a propriedade com a inserção de novas tecnologias, realizarem melhorias estruturais na propriedade (construção de açudes, irrigação, etc) ou mesmo fornecer garantias de produção ao consumidor já consolidado. No tocante, 46% dos agricultores deste grupo relataram não possuir nenhum plano futuro.

Com relação aos agricultores do Capa/Ecovale, prevalecem nos relatos os planos de desvincular-se do plantio de tabaco e com isso eliminar os agrotóxicos da propriedade (53%). Os demais desejam investir em diversificação, aperfeiçoar e expandir a produção.

DISCUSSÃO

O jovem e a conversão produtiva

No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.

Para Durston (1994), "a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas. Pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo".

O que nos interessa aqui é justamente perceber como essa categoria, "irredutível a uma definição estável e concreta" (Levi & Schmitt, 1996), é afetada pelas mudanças e crises recentes do mundo rural e como essa realidade é reelaborada na

formulação dos projetos individuais e familiares em contextos sociais e econômicos distintos.

No tocante aos dados apresentados no presente trabalho, onde os jovens, agricultores ecológicos, representam boa parte (53,8%), dos indivíduos vinculados à produção alternativa no município em análise, restaria aqui um questionamento. Seria esta apenas uma fase distinta onde estes jovens buscam espaço e ascensão no competitivo mercado globalizado, ou será que se observa uma nova tendência de resistência local? Será que os novos rumos apontam para uma nova revolução? Sem dúvida a experiência de descobrir esses jovens produtores orgânicos aparece como uma encorajadora redescoberta para todas as utopias que dizem alicerçar o sonho da sociedade sustentável.

As influências de gênero na conquista da sustentabilidade

O que se verificou no decorrer da pesquisa é que a mulher que está participando da agricultura de base ecológica desempenha um papel fundamental em todo o processo. Ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção convencional ao colocar em prática, saberes adquiridos em outras gerações, questionando as formas de produzir e demonstrando descontentamento nos casos em que a lucratividade imediata sobrepõe o bem-estar da família.

Nesse sentido, talvez se esteja discutindo aqui, uma vocação intrínseca à natureza da feminilidade humana. Conforme Keegan (1988), a agricultura desenvolveu-se sob a invocação das figuras femininas de Deméter (na Grécia) e Ceres (em Roma), deusas às quais os agricultores primitivos imploravam proteção dos cultivos. Segundo o autor o sedentarismo como obrigação inerente, imposto à mulher pela maternidade e criação dos filhos, contribuiu para que nos seus primórdios a agricultura fosse de inteira responsabilidade da mulher. Os homens cuidavam da caça, do pastoreio itinerante dos rebanhos e da guerra, em campos distantes de batalha.

A descoberta da agricultura é, portanto, uma descoberta atribuída às mulheres. Para Lawrence (1980), as mulheres convivendo com as plantas, no decorrer das estações do ano, vendo as sementes cair na terra, germinarem, darem plantas, flores que se transformaram em sementes que caíram na terra recomeçando um novo ciclo, propiciaram um momento ímpar. O momento em que a primeira semente foi posta sobre a terra sob o aguardo de que a natureza realizasse o milagre da vida.

Para finalizar, desprendendo-se das hipóteses anteriormente apresentadas, ressalta-se que algumas situações que chamaram a atenção no decorrer da pesquisa sobre o papel da mulher agricultora orgânica ou convencional, pré-disposta à transição, bem como, à preservação do ambiente, foram expostas ao longo deste trabalho, ainda que de maneira exploratória, uma vez que não foram objetos de uma análise mais detalhada. Julga-se, portanto, pertinente que se aprofunde a investigação em iniciativas semelhantes que estão ocorrendo no meio rural, com o objetivo de

identificar e delimitar o papel e a atuação das mulheres agricultoras em tais processos. Que diante de novas pesquisas seja possível buscar mecanismos que permitam o fortalecimento da mulher no meio rural, reafirmando de forma contínua o importante papel que desempenham para o desenvolvimento sustentável.

Gargalos para a sustentabilidade: o uso indiscriminado de agrotóxicos na região

Segundo Novato et al. (1999), tem sido observado que os trabalhadores se referem aos agrotóxicos como venenos e também como remédios, fato que foi evidenciado em uma das entrevistas transcritas ao longo trabalho.

Entretanto, no presente, adotou-se o termo agrotóxico, definido segundo o decreto nº 4,074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei nº 7.802/1989, como: *produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso de setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias de produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.*

No tocante a realidade exposta neste trabalho, ressalta-se que em Santa Cruz do Sul não existem fornecedores de sementes de tabaco ou de suprimentos relativos a esse tipo de cultivo. Todo o material é fornecido pela companhia de tabaco contratante (Erdmann & Pinheiro, 1998; Etges, 2001). Segundo os autores, está estratégia organizacional tem permitido que a indústria do tabaco se mantenha conectada com a produção agrícola e exerça um absoluto controle sobre o processo de produção de tabaco e as atividades dos fumicultores. Ao mesmo tempo, tem evitado todas as responsabilidades de uma relação formal empregador-empregado.

Remetendo-se aos agricultores ecológicos, mais suscetíveis às regras das indústrias fumageiras, deparamo-nos com um impasse entre a ética e a moral. Termos diferenciados, que podem aqui, serem agrupados a um mesmo contexto, remetendo a realidade relatada por esse grupo há um tempo em que circulavam homens como mercadorias, onde atualmente as correntes parecem ter sido substituídas pela lei de mercado.

Nesse sentido, considerando a ampla utilização dos agrotóxicos no fumo, bem como, nos cultivos de hortaliças entre os agricultores feirantes, convém ressaltar, que além da exposição ocupacional a que estão sujeitos estes trabalhadores rurais, são relevantes também os casos de contaminação alimentar e ambiental, colocando em risco diversos grupos populacionais assim como outros cultivos tratados de forma diferenciada à convencional. Além disso, alternativas de desenvolvimento rural, como o turismo rural e ecológico, acabam sendo prejudicadas por estas formas de produção

imediatista, pois é impossível pensar em atrativos naturais em meio às lavouras sujeitas às constantes pulverizações que acabam se espalhando, lixiviando para as águas dos rios, arroios, cachoeiras e comprometendo até mesmo a qualidade do ar que é respirado.

Assim, pode-se afirmar que os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde não dizem respeito só aos trabalhadores rurais, mas à população em geral como adequadamente foi dito por Erdmann & Pinheiro (1998), "a unidade produtiva não afeta apenas o trabalhador, mas contagia o meio ambiente e repercute sobre o conjunto social".

Neste campo, confrontam-se interesses diferenciados que envolvem fatores de ordem econômica, social, ideológica e cultural. Desta forma, apesar de diversos estudos terem demonstrado a grande variabilidade de danos causados pelos agrotóxicos à saúde humana e meio ambiente, bem como diferenças na gravidade e magnitude desses danos (Alvanja et. al., 2004; Colosso et al., 2003; Novato et al. 1999; Peres et al., 2003), no embate entre a alternativa orgânica de produção e a fórmula que privilegia a utilização de agrotóxicos, pesando algumas experiências promissoras em favor da primeira, a prática instituída do uso das substâncias químico-sintéticas, associada aos interesses de um mercado onipotente, têm falado mais alto, sufocando na maioria das vezes as pequenas iniciativas que acabam perdendo espaço diante da imposição convencional.

No tocante, entende-se que as modificações eficazes passam, necessariamente, por uma ampla mudança na atuação do Estado brasileiro no que se refere ao conceito e à prática do que é desenvolvimento agrícola e rural. Assim, as políticas de desenvolvimento constituem o eixo norteador para as mudanças referentes à utilização de determinados produtos e a dependência de determinados mercados, bem como as conseqüências a estes atribuídas.

Legislação Ambiental e ICMS ecológico: uma experiência que nos serve de modelo

Não se pode negar que o Direito Ambiental no Brasil apresenta alguns problemas. Principalmente no que diz respeito à sua aplicabilidade, divulgação, compreensão e aceitação popular. Muitas vezes, as normas são consideradas exageradas ou são desconhecidas para a maioria da população é o que faz as leis minarem os motivos primeiros de sua própria existência, ou seja, garantir a integridade dos recursos para as atuais e futuras gerações.

Deste modo, o exercício da cidadania, o reconhecimento das responsabilidades individuais e coletivas e a participação popular promovidos pela Educação Ambiental, podem auxiliar o Direito Ambiental a cumprir a sua função primordial: proteger os interesses da coletividade, garantindo a preservação e conservação da Natureza e dos recursos necessários para uma boa qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Pretende-se apresentar e discutir aqui, um exemplo exequível de desenvolvimento que busca conciliar preservação da natureza com benefícios

individuais e coletivos. Nesse sentido, convém salientar, que além da necessidade de investimentos em Educação Ambiental, precisa-se tornar as políticas públicas condizentes à realidade local para que possamos realmente caminhar em direção a solução dos nossos problemas, sobretudo, quando estes, assumem caráter de urgência, pois a sua minimização repercute no bem estar da população.

Deste modo, coloca-se aqui a experiência vivenciada atualmente pelos estados do Sul do país, sobretudo o Paraná, onde a conservação dos recursos está sendo aliada ao ganho econômico e a autonomia dos proprietários de pequenas e médias unidades produtivas. Sem dúvida, o exemplo aqui abordado, em alguns aspectos, distancia-se de nossa realidade, tão desgastada por modelos convencionais que perduram desde a época da ocupação do território. Entretanto, num horizonte de longo prazo, podemos sem dúvida, considerar essas experiências como alternativas capazes de suprir os anseios dos agricultores com a necessidade eminente de preservação dos nossos recursos.

Alia-se a estas experiências, também o fato de a região possuir potencial humano considerável e uma instituição de educação e pesquisa, que na condição de comunitária (Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC), poderá futuramente servir de suporte para o planejamento de ações inovadoras direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável, guiando todo este processo aqui apresentado como um caminho plausível de ser seguido diante das nossas possibilidades regionais.

Contextualizando a discussão proposta, convém ressaltar, que as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), contam hoje, no Brasil, com legislação federal, que está em fase de estados brasileiros também têm legislação específica. O Paraná, que foi o segundo Estado brasileiro (primeiro foi Mato Grosso do Sul) a editar a legislação sobre as RPPNs, o Decreto Estadual nº 4.262/94, está a partir de demandas dos proprietários, também em fase de reformulação das suas normas. O foco central da formulação é o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos proprietários das RPPNs.

Segundo Mesquita (2004), a criação das RPPNs no Paraná teve algumas alavancas, porém foi sem dúvida o ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) ecológico o grande mecanismo a estimular, em especial as Prefeituras Municipais, a buscar os proprietários visando à criação das unidades de conservação. O ICMS Ecológico, um instrumento de incentivo à conservação da biodiversidade criado pioneiramente no Paraná, hoje está implementado em vários Estados Brasileiros e trata, no caso das unidades de conservação, de uma possibilidade do repasse de recursos financeiros aos municípios que possuem unidades de conservação em seu território, sejam elas municipais, estaduais, federais, de domínio público ou privado, ou ainda das mais variadas categorias de manejo.

Usa-se denominar ICMS Ecológico, ao conjunto de procedimentos que tratam do rateio de recursos financeiros do ICMS – a que os municípios têm direito constitucional e legalmente partir da utilização de critérios vinculados a ele na busca de solução para problemas ambientais.

A possibilidade do ICMS Ecológico é aberta pelo inciso II, do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, ao definir sobre as formas de distribuição dos recursos, que: "até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual ou, no caso de territórios, lei federal". Ou seja, a Constituição, através deste dispositivo, abre a possibilidade da criação do ICMS Ecológico pelo Estado (Loureiro & Martinez, 2004).

Conforme os autores, o ICMS Ecológico nasceu da busca de alternativas para o financiamento das administrações municipais onde existiam significativas restrições de usos do solo para o desenvolvimento de atividades econômicas clássicas que em geral implicassem em impacto significativo aos ecossistemas, bem como aos mananciais de abastecimento público.

Com isso, os municípios se organizaram e buscaram apoios técnico, jurídico e político. As instituições públicas procuravam princípios alternativos para elaboração de novos instrumentos de política pública, pois tinham o entendimento de que não apenas as reivindicações dos municípios eram justas, como o exercício de políticas públicas apenas centradas no exercício do poder de polícia não era suficiente para dar conta de se alcançar a solução para problemas ambientais.

Ressalta-se que a pretensão exposta aqui vai muito além da descrição de méritos contidos em uma experiência desenvolvida em outra região, como proposta de inserção no caso regional. Na verdade, com a exposição da experiência supracitada, tenta-se demonstrar que é possível desenvolver regiões, respeitando e conservando a biodiversidade, de forma que a lucratividade ocupe uma estrada de mão dupla, os ganhos são obtidos a curto, médio e longo prazo, o que permite denominá-los como "real mérito econômico".

De forma diferente, porém na sombra dos bons exemplos, pode-se pensar em alternativas locais para compensar aqueles proprietários com áreas de significativa biodiversidade, interpretadas como regiões de menor valor monetário, quando na verdade, o valor das mesmas é praticamente inestimável.

CONCLUSÕES

Para além das observações relacionadas à percepção ambiental dos agricultores familiares apresentada neste trabalho, revelou-se urgente à aplicação de políticas públicas capazes de reaproximá-los do meio ambiente onde estão inseridos.

Nesta direção, a informação contextualizada e a participação das instituições públicas e privadas podem ser consideradas excelentes opções, pois os agricultores precisam receber auxílio para sua organização social, o que possibilitará a discussão e a busca de soluções para os seus problemas eminentes.

Além disso, é urgente certo retorno às origens do homem e um corajoso olhar sobre o futuro próximo, ato que se configura imprescindível à reflexão sobre as responsabilidades de cada indivíduo, a necessidade da participação política, o sentimento de pertencimento à Natureza, auxiliando na interiorização da preocupação

ambiental, que talvez seja o fator limitante para as condições de vida futura da jovem e conturbada civilização humana.

Apenas poderemos pensar em sustentabilidade quando a desigualdade não estiver no ápice dos problemas humanos e a Educação for compreendida como condição necessária à sobrevivência e manutenção da vida sobre o planeta terra.

Nature's perception in Family Farmers in the city of Santa Cruz do Sul, RS, Brazil: some perspectives for regional sustainable development.

ABSTRACT

Considering the narrow contact between rural activities and nature, and the fragility that permeates this relationship in the city of Santa Cruz do Sul, Brazil, the present research investigated some features related to the perception of two local farmers groups: the first bound to Feira Rural and the second to Capa/Ecovale. From interviews and field observations, it was possible to infer that the traced scenery shows the lack of environmental theme in most rural extension programs and carelessness with the sustainable development alternatives. In the perceptive comparison, there was a higher pre-disposition to preservation by farmers linked to Capa /Ecovale. The initiatives of diversification and preservation of native areas proved to be promising, highlighting the young people's performance in the productive conversion, the gender influences in management of natural resources and the role of non-governmental institutions stimulus to new prospects for regional sustainable development.

Keywords: rural development, environmental perception, farmers, Vale do Rio Pardo, RS

REFERÊNCIAS

- ALVANJA, M.C.R.; HOOPPIN J. & KAMEL F. 2004. Health effects of chronic pesticide exposure: cancer and neurotoxicity. *Annu. Rev. Public Health* 25(1): 157-197.
- BRASIL, 2002. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Dispõe sobre pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a

classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília.

CAMPOS, H. A. & DELEVATI, D. M. 2003. Caracterização ambiental da Região do Vale do Rio Pardo. In: Agenda 21 Regional do Vale do Rio Pardo (RS)/Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.p.11-53

DURSTON, J. 1994. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os noventa. In: Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latino-americano. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil.p.10.25

ERDMANN, C.A & PINHEIRO, S. 1998. Pesticides used on Tobacco crops in Southern Brazil. Draft submitted to publication.

ETGES, V. E. 2001. A Região no Contexto da Globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT e SILVEIRA, R. L. Vale do Rio Pardo: (Re) conhecendo a Região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.p.141-146

GESTÃO MUNICIPAL 2000/2004. Plano Ambiental do Município de Santa Cruz do Sul, RS. Gestão 2000/2004. Santa Cruz do Sul, RS.

KEEGAN, J. 1988. Uma história da guerra. Companhia das Letras: São Paulo.

KUHN, T.1962. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Cultrix.

LAWRENCE, W. J. C. 1980. Melhoramento Genético Vegetal. P. 01. EPU Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo.

LEVI, G & SCHMITT, C. 1996. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras.

LOUREIRO, W. & MARTINEZ, A. 2004. Sustentabilidade das reservas particulares do patrimônio natural – ICMS ecológico como instrumento de Apoio as RPPN no Paraná. In: CASTRO, R., BORGES, M. E. RPPN conservação em terras privadas desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: CNRPPN.

MESQUITA, C. A. B. 2004. Viabilizando um sonho: captação de recursos e financiamento de projetos em reservas particulares do patrimônio natural. In: CASTRO, R., BORGES, M. E. RPPN conservação em terras privadas desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: CNRPPN.

NOVATO & SILVA et al.1999. A study of immunological alterations in rural workers laboriously exposed to pesticides. Anais do XI Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo. p. 41

PEREZ, M.C.G. 1991. Erosión y prácticas agrícolas en la cuenca del Río Padrino, RS, Brasil.Tese de Doutorado. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.

WENZEL J. 1994. Rio Pardinho sangue da nossa terra: contribuição para o diagnóstico e plano diretor da Bacia do Rio Pardinho RS. Santa Cruz do Sul.